

AS ELEIÇÕES – E AS ALIANÇAS POLÍTICO-PARTIDÁRIAS NO BRASIL

Antonio Manoel Mendonça de Araujo

Economista, Especialista em Políticas Públicas, Mestrando em Educação

Professor ISEIB

ammazero@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a “lógica” de composição de alianças partidárias nos estados brasileiros, desde a época de Getúlio Vargas, o que na realidade eram menos complexas do que é hoje. Buscou-se compreender como os partidos políticos têm se articulado nos estados brasileiros para a formação de alianças eleitorais e de governo no atual regime democrático. Isso ocorre a partir da influência de uma dinâmica bipolarizada disputada nos pleitos presidenciais entre PT e PSDB sobre as estratégias de alianças nas eleições para governador nos estados brasileiros. Os arranjos políticos nos mostram duas conclusões: Primeiro, as arenas eleitorais dos estados têm sido cada vez mais impactadas pela “presidencialização” da competição, a partir de 1994, diante da estratégia de coordenação de candidaturas por PT e PSDB. Segundo, quanto às alianças partidárias no âmbito do governo, a tese de Lima Júnior (1983;1997) tem maior poder explicativo, pois a dinâmica política na arena governamental estadual permite que os partidos se aliem seguindo os ditames particulares da política do estado, favorecendo acordos que contemplem interesses políticos contextuais.

Palavras-chave: Alianças Eleitorais; Arranjos Políticos; PT (Partido dos Trabalhadores); PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira); Presidencialização.

ELECTIONS. AND POLITICAL AND PARTY ALLIANCES IN BRAZIL

ABSTRACT

This article aims to analyze the "logic" of composition of partisan alliances in the Brazilian states, since the time of Getúlio Vargas, which in reality were less complex than it is today. It was tried to understand how the political parties have articulated in the Brazilian states for the formation of electoral alliances and of government in the present democratic regime. This occurs from the influence of a bipolarized dynamics disputed in the presidential elections between PT and PSDB on the strategies of alliances in the elections for governor in the Brazilian states. The political arrangements show us two conclusions: First, the electoral arenas of the states have been increasingly impacted by the "presidentialisation" of the competition, starting in 1994, before the strategy of coordinating candidatures by PT and PSDB. Second, regarding party alliances within the government, Lima Junior's (1983,1997) thesis has greater explanatory power, since the political dynamics in the state government arena allows the parties to join in following the particular dictates of state policy, favoring agreements that address contextual political interests.

Keywords: Electoral Alliances; Political Arrangements; PT (Workers' Party); PSDB (Brazilian Social Democracy Party); Presidentialisation.

INTRODUÇÃO

Marx, em seu Manifesto do Partido Comunista (1987), definiu que a organização partidária nada mais representava do que um momento eminentemente prático, um instrumento flexível, capaz de promover a revolução, uma vez que só se adquire consciência social no processo de luta. O Partido Político, portanto, passa a ser visto como alternativa política viável e transitória em favor do operariado.

Para Arendt (1988), a política baseia-se na pluralidade dos seres humanos. Assim como Deus criou o ser humano, esses são um produto humano mundano, e, portanto, um produto de natureza humana. O campo da política é o campo de ação, que só é possível quando em uso da liberdade e não uma liberdade teórica, mas uma que aparece no mundo fenomênico. Isto é, a pluralidade traz em si o sentido da liberdade, manifesta o direito de todos aparecerem e atuarem. A política é plural, porque a liberdade exige a pluralidade como condição *sine qua non*. Portanto, não há liberdade quando um só é dono da verdade e os outros não têm o direito de exprimir posições.

Sendo assim, Arendt afirma:

O campo em que a liberdade sempre foi conhecida, não como um problema, é claro, mas como um fato da vida cotidiana, é o âmbito da política. E mesmo hoje em dia, quer o saibamos ou não, devemos ter sempre isso em mente, ao falarmos do problema da liberdade, o problema da política e o fato de o homem ser dotado de ação; pois ação e política, entre todas as capacidades e potencialidades da vida humana, são as únicas coisas que não poderíamos sequer conceber sem ao menos admitir a existência da liberdade (ARENDR, 1988, p. 191).

Maquiavel (2001, p.55-6), afirma que a violência pode destruir o poder, a conquista pode esfacelar um regime de liberdade, mas não é capaz de construir nada, o que equivale a dizer que, ao contrário do que pensava Clausewitz, a guerra não é a “continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ apud ARENDR, 2004, p.98), haja vista que onde a violência prolifera o poder se esvai.

Difícilmente existirá a forma extrema do poder – Todos contra Um – ou a forma extrema da violência – Um contra Todos –, o que ocorre é um movimento pendular de aproximação para cada uma das extremidades, ou seja, para ela, a política não é uma relação de “comando e obediência, além do que o espaço político não se reduz apenas às instituições estatais ou ao jogo dos partidos políticos. Política é, basicamente, um espaço onde institui, e, desse modo se revela a comunidade do mundo.

Segundo Gramsci (in Sader, 1990), a história de um Partido Político não deixa de ser a história de um grupo social. Portanto, a importância política do Partido está diretamente relacionada com a determinação histórica do país. Ele estabelecia três elementos que, quando em confluência, tornariam o Partido Político historicamente necessário: Em primeiro, temos um elemento difuso, ou seja, indivíduos que se submeteram a uma disciplina partidária; em segundo, há um elemento de coesão, capaz de tornar eficiente e potente um conjunto de forças que, se isoladas, pouco ou nada fariam; e por último, há um elemento médio que articula os dois elementos anteriores.

Então, para Gramsci (in Sader, 1990), com a devida articulação desses elementos, haveria uma maior resistência por parte da organização partidária a qualquer tentativa de destruição, já que a razão de sua existência estaria vinculada às condições orgânicas[1] de um determinado segmento social.

Ele ainda classifica o Partido Político sob duas formas: a progressiva e a regressiva. Progressiva seria quando o partido funcionasse de maneira democrática interna e externamente. Regressiva, por sua vez, seria quando se submetesse a um centralismo burocrático. Enfim, na sua concepção, o Partido Político seria um elemento decisivo na luta pela hegemonia[2] política, a partir do momento que unifica a ação e o pensamento, a filosofia instintiva e a filosofia consciente, possibilitando uma visão conjuntural.

Paulo Bonavides (1995), define o Partido Político como uma organização de pessoas que busca tomar o poder, normalmente por meios legais, e nele conserva-se para a realização de fins estipulados, baseando-se em elementos como um grupo social, uma organização interna, um acervo de ideias e princípios inspiradores e um sentimento de auto conservação, quando no poder.

Antes de discutirmos os constrangimentos legais sobre as alianças político-partidárias nas eleições no Brasil e suas consequências, convém traçar um histórico dos diferentes arranjos partidários desde o fim da Ditadura de Vargas, de 1930-1945, quando houve o restabelecimento da democracia brasileira, passando pelo Golpe da Ditadura Militar, seu período de transição e, finalmente, focalizar o quadro partidário gerado a partir da Constituição de 1988. Tal recapitulação se faz necessária, pois indicará as mudanças no sistema partidário e, também, porque acentuará em que medida as mais importantes transformações político-institucionais refletem e têm impulso na agenda eleitoral.

Após o fim da Ditadura de Vargas a democracia brasileira se restabeleceu. Em 1945 houve uma reestruturação nos partidos políticos, de acordo com os grupos sociais aos quais estavam ligados. Sendo assim, o período democrático que se estendeu entre 1945 e 1964 foi de

grande agitação partidária no Brasil. Nossa organização política estava estabelecida da seguinte maneira:

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) estava ligado aos sindicatos e dirigentes sindicalistas associados ao Governo de Getúlio Vargas (dentro de uma estrutura corporativista que o Estado Novo criou no Brasil). Eles tinham grande aceitação popular, pois defendiam os trabalhadores. O próprio Presidente Getúlio Vargas fazia parte desse partido, além de João Goulart e Leonel Brizola. O PTB era aliado do Partido Social Democrata (PSD) nos anos de 1945, 1955 e 1960. Getúlio Vargas, elege-se Presidente pelo PTB (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

O PSD (Partido Social Democrata) era considerado como o maior partido da chamada República Populista. Chegou a atingir o maior número de votos e foi o maior vencedor das eleições presidenciais no período. Era composto pela classe média alta e representantes dos setores empresariais. Possuía uma enorme bancada no Governo, sendo que dele faziam parte Juscelino Kubitschek, o General Eurico Gaspar Dutra e o Marechal Henrique Lott (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

A UDN (União Democrática Nacional) era representante dos grupos mais tradicionais do Brasil. Não possuía vínculos com as antigas formações do Estado Novo, sendo assim, apresentava dificuldades na representação da bancada do Governo. Apesar disso, o partido consegue eleger um candidato que não era das suas fileiras, nas eleições de 1960, mas, por conseguinte, tinha bastante expressão popular. Esse candidato, era o ex-governador de São Paulo, Jânio Quadros. Sua vitória não se refletiu sobre a estrutura de poder, pois o vice-presidente eleito foi João Goulart, do PTB (naquela época, as votações eram em separado para os cargos de presidente e vice), cujas posições políticas eram opostas às do Presidente eleito, em muitas questões. Sem os apoios políticos necessários, ele é criticado pela opinião pública, renunciando ao cargo em 1961. A UDN participou ativamente na conspiração que levou ao golpe de 1964. (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

Além desses três grandes partidos citados, destacam-se outros partidos como: o Partido Social Progressista (PSP), de Adhemar de Barros, o Partido Republicano (PR), o Partido Democrata Cristão (PDC), que ajudou a eleger Jânio Quadros, e o Partido da Representação Popular (PRP), herdeiro da Ação Integralista Brasileira, tendo como seu líder, Plínio Salgado (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

O Partido Comunista do Brasil (PCB), a mais antiga organização partidária do país, fundado em 1922, é novamente legalizado em 1945, tendo Luís Carlos Prestes como líder, eleito

ao Senado Federal. Ainda nesse ano, Iedo Fiúza disputa a presidência da República pelo PCB, contando com os votos das camadas médias e populares das grandes cidades brasileiras. Em maio de 1947 o PCB teve seu registro eleitoral mais uma vez cancelado (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

Na Ditadura Militar (1964), os partidos políticos são desfeitos, organiza-se o Bipartidarismo, com a Lei Falcão, criam-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), de direita e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), com uma “esquerda” consentida pelo Governo Militar (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

A Constituição Brasileira de 1988 adotou, para os órgãos legislativos, o sistema eleitoral proporcional (art. 47), fundado nos seguintes princípios: participação popular plena, pluralismo político e direitos políticos fundamentais. Verificamos, porém, que os sistemas eleitorais brasileiros têm mudado em sua formulação, sem que, com isso, tenha-se alterado os costumes eleitorais ou, o que é mais importante, sem se introduzirem nos processos e práticas políticas os costumes democráticos. As leis e seus princípios não se coadunam com ensaios malversados em propostas e fins opostos à participação do povo no processo político e na realização efetiva e eficiente da Democracia.

À partir do ano de 1950, os Partidos Políticos no Brasil estavam, assim, estruturados historicamente: o PTB tinha o mesmo tamanho do PT de 1989. Caso Lula tivesse ganhado as eleições de Collor, haveria o risco de sofrer um “impeachment”, pois o PT da época era muito intolerante. Com o seu programa revolucionário, não conseguiria colocar cinquenta deputados para governar. O PT governaria apenas com o PSB, o PCB e o PCdoB. No entanto, quanto à correlação de forças o PMDB de Ulisses Guimarães era melhor, pois era um partido muito mais progressista, programático que o atual PMDB e o velho PSDB; o PSDB de Mário Covas, nada tinha a ver com o PSDB de hoje. Antes deles seguirem pela via da direita era um partido moderno e possuíam grandes quadros; o PDT de Leonel Brizola era o partido que deveria ter vencido aquela eleição, pois Brizola era o mais capacitado político daquela época. Ele iria repetir o que Getúlio Vargas fez e teria um parlamento mais favorável as suas propostas. (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

Apesar do quadro partidário ter piorado muito, vimos que o PT amadureceu em relação aos anos anteriores. Sua base social cresceu, possuindo uma grande presença nacional. Sua intolerância foi substituída pelo pragmatismo. Esse cenário fez com que ele se aproximasse ao PTB de 1962, quando conseguiu eleger 116 deputados e poderia ter eleito muito mais nos anos de 1966, 1970, sem o Golpe (www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf).

O PORQUÊ DAS ALIANÇAS

Em nosso sistema político, fazer alianças eleitorais é de suma importância, haja visto que em nosso sistema, com inúmeros partidos diferentes, apenas através de acordos entre eles é possível se destacar e ganhar espaço na política. Vemos isso nas eleições, onde partidos criam alianças, por vezes, inconcebíveis entre si, mas, que aumentam as chances de obterem resultados positivos nas urnas.

Essas alianças eleitorais são chamadas de coligações partidárias, ou seja, são partidos maiores, com lideranças expressivas, que, na maioria das vezes, lançam candidatos fortes para cargos do Poder Executivo, e possuem líderes muito mais conhecidos e aprovados pelo povo. No entanto, somente isso não pode ser suficiente para derrotar seus adversários, pois, na maioria das vezes, muitos partidos rivais costumam ter apoio popular semelhante, e conseguem expor também, suas ideias divergentes sobre vários temas de importância. Há a necessidade, portanto, de um partido se articular com outros menores, que não possuam condições de vencer as eleições para o Executivo, mas que possam se beneficiar mutuamente. Isso quer dizer que, se um partido menor não tem força, nem chance para disputar um cargo no Executivo, nada mais provável do que ele apoiar a candidatura de um partido maior, geralmente com afinidade de objetivos, onde, por certo, receba vantagens, como algumas cadeiras no Legislativo e promessas de cargos em ministérios, secretarias e empresas estatais, caso a campanha seja bem sucedida. Mas, às vezes, o que vemos são partidos que nada têm em comum, fazendo coligações (<https://www.politize.com.br/o-que-sao-coligacoes-partidarias/>).

Por exemplo, nas eleições de 2014 vimos filiações surpreendentes e coligações inusitadas. Na época, as articulações ficaram quentes, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proibiu o partido da ex-senadora Marina Silva, Rede de Sustentabilidade de ser formalizado. Foram feitas intensas reuniões antes de decidir que a ex-senadora e seus correligionários se instalariam no interior do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do candidato à Presidência, na época, Eduardo Campos, fazendo com que ela fosse declarada candidata à vice-presidência.

O cientista político Renato Lessa (1992), disse que a forma como são feitas as alianças e coligações no Brasil são inteiramente injustificáveis e nada saudáveis para a imagem pública dos partidos, ou seja, quem mais sairia ganhando com os arranjos, ou como iria ficar a base governista naquele momento. Vimos então, que a troca de cadeiras ampliou o poder do PSB e que as migrações reforçaram alianças de partidos que antes não assumiam diretamente o apoio

pela reeleição da então Presidenta Dilma Rousseff, como no caso do recém criado Partido Republicano da Ordem Social (Pros) e do Partido Social Democrático (PSD).

Portanto, o que notamos, foi o caráter totalmente sem critério das filiações e transferências dos parlamentares de um partido para outro, com ideologias completamente diferentes. Vimos, por exemplo, o Solidariedade, que teve um pedido de impugnação por parte do Partido Democrático Trabalhista (PDT), partido esse de onde saiu o articulador do Solidariedade, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, além do Pros e o PSB, sendo que o PSB depois da decisão formalizou o rompimento com o governo federal.

O autor ainda nos mostra as várias filiações que aconteceram no PSB de nomes que se destacaram como lideranças conservadoras, pertencentes ao Partido Democrata (DEM) e que, antes, foram do Partido da Frente Liberal e da antiga Arena, como, por exemplo, do ex-governador de Pernambuco e ex-ministro do Interior no Governo Sarney, Joaquim Francisco. Essa foi uma das alianças mais inusitadas que ocorreu, articulada pelo neto do ex-governador Miguel Arraes e o ex-governador Eduardo Campos, falecido em 2014. No Piauí, entretanto, os adversários do ex-senador Heráclito Fortes (ex-DEM) brincavam com ele, dizendo: “você dormiu democrata e acordou socialista”.

Silvana Krause, estudiosa das coligações eleitorais no país, organizou o livro “Partidos e coligações eleitorais no Brasil” (UNESP/Konrad Adenauer, 2005) e em seu artigo “Coligações: o estado e o desafio da arte”, ao utilizar dados de diversas eleições, diz que em grande medida, a política nacional é refém dos acordos e conflitos entre seus chefes partidários nos estados, seguindo uma lógica própria, ou seja, partidos que são da base aliada no plano federal, são adversários no plano regional, prevalecendo o pragmatismo, no qual o único objetivo é o de ganhar as eleições, não importando com quem se faz alianças.

Vemos, então, que em Santa Catarina, Jorge Bornhausen e Paulo Bornhausen, respectivamente pai e filho, também migraram do DEM para o PSB. Pura incoerência, haja visto a ideologia de cada um desses partidos. O que gerou críticas ao PSB, que estaria mudando sua tradição histórica de esquerda e fazendo aflorar um caráter fisiologista na intenção de juntar forças para a candidatura de Eduardo Campos. Nessa época, isso gerou muita irritação no candidato Eduardo Campos. Além disso, muitos integrantes do PSB disseram que esse foi um dos motivos que levaram o partido a romper com o Governo Dilma, pois, os “socialistas” acusaram o Palácio do Planalto de ter divulgado a versão de que eles, o PSB, estariam mudando o seu viés de esquerda, segundo, na época, palavras ditas pelo líder da legenda na Câmara, deputado Beto Albuquerque/RS (http://gilvanmelo.blogspot.com/2013_03_12_archive.html).

Portanto, não há um mínimo de coerência nas alianças e coligações, a não ser nos pequenos partidos ideológicos de esquerda (como o PSOL e PSTU), uma vez que as convenções partidárias servem apenas para referendar o que os “donos” das legendas decidem com antecipação em acordos de bastidores, segundo Krause (2005).

Para o cientista político Scott Mainwaring (2001), o problema principal do sistema partidário no Brasil está no sistema de representação que combina um sistema eleitoral de listas abertas com ampla liberdade de coligações, o que produz um efeito perverso no qual ocorre uma enorme transferência de votos de um determinado partido a outro, o que acaba distorcendo a representação, ou seja, o eleitor vota em um candidato que pode não ser eleito e ajuda a eleger outro, de outro partido, na mesma coligação. São poucos os deputados federais, por exemplo, que foram eleitos com votos dados apenas para ele (a), além das incoerências programáticas e/ou ideológicas.

Esses são alguns dos vários casos de filiações e transferências de partidos. Para se ter uma ideia, o pré-candidato à Presidência da República, deste ano, o Sr. Jair Bolsonaro, já trocou nove vezes de partido, com o que lhe era conveniente.

Focaremos agora nas alianças. Sabemos que os partidos decidem se aceitam formar coligações, durante as convenções partidárias, que até o ano de 2016 aconteciam de 20 de julho a 05 de agosto (antes das campanhas começarem oficialmente). Essa decisão de cada partido, deveria ser informada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), através de uma ata.

Antes, existia bastante liberdade quanto às formas como os partidos poderiam se coligar. Por exemplo, um partido poderia compor uma coligação para as eleições majoritárias (presidente, governadores, senadores e prefeitos), outra para eleições proporcionais (deputados estaduais, federais e vereadores), ou apenas optar por uma coligação para ambas. Por isso vimos partidos que apoiam um candidato a prefeito, mas lançam candidatos a vereador por conta própria, sem entrar em nenhuma coligação. Assim sendo, o máximo que poderia acontecer é a coligação maior ser fragmentada, ou seja, nunca ser misturada com as demais.

Antes, também era permitido, e era comum, que partidos coligados nas eleições para presidente, fossem adversários nas disputas estaduais e/ou municipais. As coligações das eleições municipais tendiam a seguir a disputa política interna de cada estado. Os partidos normalmente apoiavam candidatos que pertencessem ou ao grupo político do governador, ou a grupos de oposição. Sendo assim, a lógica de formação de coligação nos municípios poderia ser totalmente distinta daquela de uma eleição presidencial. Por exemplo, o PSDB apoiou 188 candidatos a prefeito do PT em 2012 em todo o Brasil; no entanto, o PT declarou apoio a 155 candidatos tucanos.

Por que isso, então? Qual a vantagem de se formar uma coligação? Todos os partidos políticos possuem recursos que podem ser úteis nas eleições. Vejamos alguns deles:

- 1) O tempo de propaganda eleitoral. Por que isso? Bem, sabemos que não são muitas pessoas que assistem a propaganda eleitoral gratuita, mas aqueles minutos os quais os candidatos aparecem na TV, ou são escutados no rádio, são preciosos, ou seja, quanto mais tempo um candidato aparece na TV ou é escutado no rádio, maior sua chance do eleitorado se lembrar dele e conhecer suas propostas, aumentando assim, sua chance de vitória. Esse tempo é medido pelo fato do número de coligações que o partido tenha, ou seja, quanto mais partidos em uma coligação, mais tempo na TV e no rádio. Foi assim que, em 2014, a Presidenta Dilma Rousseff, do PT, conseguiu uma grande vantagem sobre o seu principal adversário, Aécio Neves, do PSDB. O PT, naquela época, formou uma coligação com nove partidos, muitos deles com razoável ou um grande número de deputados (PMDB, PDT, PP, PSD, e o PR), garantindo a ela 11 minutos e 24 segundos de tempo por programa. Já Aécio, com o mesmo número de coligações, não tinha muitos aliados de peso, a não ser o DEM e o PTB, o que lhe atribuiu apenas 4 minutos e 53 segundos de exposição. É bem verdade que as alianças são necessárias, mas elas não podem enfraquecer um partido pelo tempo disponível na televisão. Em 1989, com Ulisses Guimarães, em 2002, com José Serra e em 2006, com Geraldo Alckmin, todos tinham os maiores tempos na TV no primeiro turno e perderam a eleição.
- 2) Militantes e transferência de votos; cada partido possui filiados que podem fazer campanha em detrimento de um candidato, ou de vários do partido por ele filiado. Os chamados “cabos eleitorais” são alocados para apoiar o(s) candidato(s) de um partido coligado. Assim sendo, muitas das vezes, lideranças dos partidos coligados conseguem facilmente transferir votos, ao declarar apoio ao candidato da coligação;
- 3) Vagas no Legislativo; vejam bem, no caso das eleições proporcionais, entra em jogo um fator de suma importância. As coligações influenciam no cálculo do famoso quociente eleitoral, ou seja, se um partido lança uma candidatura sozinho, sem nenhuma coligação, terá de contar apenas com os seus votos para conseguir cadeiras na Câmara dos Deputados, Vereadores ou Assembleia Estadual. Mas, se por outro lado, o partido faz parte de uma coligação, ele conta não apenas com os votos destinados ao partido, mas também com os votos

destinados aos partidos coligados. Isso acontece porque, para fins de contagem de votos recebidos, a coligação é vista como um único partido. Sendo assim, é certo que a coligação consiga muitas cadeiras para seus candidatos, aumentando as chances de pequenos partidos conseguirem colocar alguns nomes seus no Poder Legislativo. Podemos citar como exemplo, o caso do comediante Tiririca/PR-SP, onde em 2010 ele foi eleito com 1,35 milhão de votos, quantidade essa muito superior ao quociente eleitoral de São Paulo naquele ano, cerca de 304 mil votos. Com os votos de Tiririca, foram garantidas a sua coligação quatro cadeiras na Câmara Federal.

Então a pergunta a ser feita: As coligações devem terminar? Acreditamos que sim, pois elas são vistas como parte de um ciclo vicioso de corrupção em nossa política. Tais alianças feitas nas eleições, são geralmente baseadas em promessas que devem ser cumpridas, caso a coligação consiga eleger seu candidato ao Poder Executivo. Ou seja, o apoio dado ao candidato vencedor precisa ser compensado, o que certamente ocorrerá por indicações para cargos em secretarias, ministérios, ou empresas públicas. Podemos dizer que essas alianças se sustentam apenas porque os partidos coligados querem ter controle de parte do aparelho estatal, que podem ser chamadas de fisiológicas, portanto, prejudiciais para nossa política.

Para que isso fosse superado, em 2015 tramitou na Câmara Federal, a proposta de proibir as coligações nas eleições proporcionais, ou seja, sem as coligações, os candidatos a deputados e vereadores contariam apenas com seus próprio votos e os de seu partido, o que acabaria, segundo os defensores dessa proposta com as legendas de aluguel, ou seja, partidos pequenos que realizam alianças fisiológicas. Isso, no entanto, de outra maneira, prejudicaria também os partidos ideologicamente consistentes, o que faria com que eles se fundissem a partidos maiores. Essa proposta, em tempo, não passou, como estava incluída em uma Emenda Constitucional. Pois para ser aprovada, era necessário garantir votos de pelo menos três quintos dos 513 deputados, o que não aconteceu.

Com o fracasso da PEC feita pela Câmara, o Senado elaborou uma alternativa, em forma de lei ordinária, que foi sancionada. A nova lei determina que os candidatos tenham que alcançar pelo menos 10% do quociente eleitoral para poder se eleger. Ou seja, candidatos com votação irrisória não serão mais eleitos, mesmo que algum colega chamado de “puxador” de voto de sua coligação tenha mais votos para lhe ajudar.

Em agosto de 2017, no entanto, deputados criaram uma saída às alianças partidárias, em uma das comissões que se discutia a reforma política na Câmara, os deputados aprovaram o fim das coligações. No entanto, os parlamentares criaram uma solução para manter a possibilidade

de partidos disputarem juntos uma eleição: as federações partidárias, que permitem que legendas se unam para disputar as eleições como se fossem um só partido. Essa nova regra permite que os partidos com maior afinidade ideológica e programática se unam para atuar de maneira uniforme em todo o país, contribuindo, ao mesmo tempo para que os pequenos partidos ultrapassem a cláusula de barreira.

Para que isso aconteça, os partidos têm que formalizar a federação antes do início do período eleitoral. Durante os anos seguintes, eles deixariam de atuar como partidos isolados e passariam a agir como se fossem um único partido, o que acabaria com os acordos eleitoreiros. Foi proposto também, segundo a relatora, deputada Shéridan/PSDB-PR a inclusão da figura das sub federações. Ou seja, os partidos podem fazer alianças diferentes da formada nacionalmente, desde que não incluam partidos de outras federações. O que quer dizer que se na campanha à Presidência, a federação for composta por oito siglas, como o que aconteceu em 2014, onde rivais no âmbito federal se aliaram em alguns Estados, a sub federação nos Estados somente poderá ser formada por ao menos duas legendas que fazem parte da configuração nacional.

Essa proposta de sub federação provocou irritação em partidos como o PSOL, que prometeu barrar no plenário a proposta. Também causou incômodo em parte dos deputados do PSDB, dizendo alguns deles que isso seria uma incoerência em relação ao fim das coligações.

CONCLUSÃO

A conclusão é de que a fidelidade partidária não é importante para o eleitor com base na constatação de que o número de migrantes eleitos consecutivamente nos períodos analisados é maior do que o de não-migrantes. Isso nos revela, portanto, que a mudança de legenda não constitui obstáculo à reeleição. O eleitor, em geral, não se baseia na fidelidade partidária para proceder à escolha do seu candidato, razão por que tende ao voto personalizado.

Talvez porque, o número de partidos seja muito grande, e as siglas mais nominais que reais; havendo uma pequena diferença quanto à ideologia, variando no mesmo tom, ou seja, o troca-troca de partidos no Brasil é uma prática corriqueira, é um jogo natural no cenário político, interessando mais ao político do que propriamente ao eleitor, uma vez que ele não se sente integrado ao processo, ainda mais pela descrença nas instituições políticas, devido às sucessivas crises éticas, entre outras razões. Sendo assim, o eleitor tende ao voto personalizado.

Além do mais, existe o legado da desigualdade social e o fato de viver em uma democracia na qual pouco se favorece à participação política e o eleitor torna-se um mero

espectador da cena político-eleitoral ao invés de ser um verdadeiro participante. As eleições deveriam exercer um papel fundamental na construção do poder.

O eleitor deveria estar ciente de que ele participa de modo direto ou indireto na constituição do Parlamento e na formação do Executivo, uma vez que muitos parlamentares são convidados para compor o Poder Executivo, na condição de Ministro, ou na condição de Secretário de Estado. Portanto, o eleitor contribui para constituir o sistema político, além de definir o sistema de poderes que governará a sociedade em que ele vive. Então, ele é o ator indispensável e essencial nesse processo. Em nome do eleitor e para ele é que existe a democracia.

Uma das propostas da Reforma Política é a fidelidade partidária, onde irá permitir ao eleitor, um controle do processo político-eleitoral, já que a fidelidade trará uma certa transparência à atuação do parlamentar eleito, uma vez que o mesmo estará vinculado a um partido ao longo do seu mandato. Assim sendo, ficará mais fácil observar a coerência entre o programa partidário e as propostas de campanha do político.

A fidelidade partidária é mecanismo importante no aperfeiçoamento da democracia por permitir ao eleitor ter maior transparência da atuação parlamentar e, por conseguinte, maior controle do voto. No entanto, para se aprimorar a democracia, deve-se oferecer aos cidadãos educação formal que lhes permitam maior acesso à informação e capacidade de interferir de modo mais consciente no cenário político-partidário-eleitoral. A democracia é o governo do povo e para o povo. Logo, o cidadão-eleitor é fundamental nesse processo, e sua participação deve ser ativa e consciente.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah, *O que é política?* Compilado por Úrsula Luds – fragmentos das obras póstumas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. *Crises da República*. Trad. José Volkmann. 2.ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

FILHO, Oswaldo Lima. *Política Brasileira, 1945-1990: Uma Visão Nacionalista*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1993.

LESSA, Renato. (1992), "Presidencialismo com Representação Proporcional ou de como Evitar a Escolha Trágica entre Governabilidade e Representação". *Agenda de Políticas Públicas*, nº 2, IUPERJ.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Trad. Antonio D'Elia. São Paulo: Cultrix, 2001

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global Editora, 1987.

MENDONÇA, Otávio. *Partidos Políticos Brasileiros*. Revista de Informação Legislativa. Brasília, v. 17, n. 68, p. 145, out/dez, 1980.

SADER, Emir (Org.). *Gramsci: sobre poder, política e partido*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro/Brasília: Zahar Editores/Ed. UnB, 1982.

MAINWARING, Scott *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*, Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

VIANNA, Oliveira. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 1974.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. Tradução de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

ELETRÔNICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados Centro de Documentação e Informação Coordenação de Biblioteca <http://bd.camara.gov.br>, 35ª ed., 2012.

COSTA, Homero de Oliveira, prof. do departamento de Ciências Sociais da UFRN. *SOBRE AS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES PARTIDÁRIAS*, publicado em 12 de março de 2014, em <http://www.cartapotiguar.com.br/2014/03/12/sobre-aliancas-e-coligacoes>.

TRUFFI, Renan. <https://politica.estadao.com.br>. Pela regra, federações permitem que legendas se unam para disputar as eleições como se fossem um só partido. 24 de ago de 2017 - *Deputados criam saída às alianças partidárias*.

http://www.historialivre.com/brasil/partidos_politicos.pdf. Arquivado em: [Brasil Republicano](#).

[1] Intelectual orgânico é um tipo de intelectual que mantém-se ligado a sua classe social originária, atuando como seu porta-voz. É um conceito criado pelo italiano Antonio Gramsci (1891-1937). O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, eleva-se a técnica – ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não se chega a dirigente (GRAMSCI, 1979, p. 8).

[2] Hegemonia cultural é um conceito formulado por Antonio Gramsci (1891-1937) para descrever o tipo de dominação ideológica de uma classe social sobre outra, particularmente da burguesia sobre o proletariado, o que se manifesta, por exemplo, quando os interesses da alta burguesia de um país são identificados aos interesses de toda sociedade do país ou quando a historiografia se concentra apenas em grupos ou indivíduos de elite.